



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Técnica Especializada em Transparência Municipal.

2. JUSTIFICATIVA

Inobstante o trabalho árduo da Administração em criar mecanismos de transparência em relação às atividades municipais, o que se tem observado é que o grande volume de dados e a pluralidade de agentes responsáveis pela alimentação dificulta um resultado eficaz junto ao Portal, demandando, assim, uma consultoria de maior *know-how* da ferramenta para a obtenção de um efeito mais célere e eficiente.

Diante disso, demonstra-se imperiosa a contratação de empresa de assessoria e consultoria técnica em transparência municipal, a fim de tornar mais eficiente tal ferramenta, cumprindo as Pastas com as atribuições que lhes são impostas pela lei, e congratulando, por sua vez, o Diploma Federal de 1988, que ressalta veementemente o princípio da transparência pública (art. 37, *caput*).

3. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O respectivo contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato na imprensa oficial, permitida a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

4. FORMA DE EXECUÇÃO

- Disponibilização de departamento técnico para esclarecimento de dúvidas sobre o atendimento da legislação vigente, pelos canais de atendimento convencionais;



- Elaboração de 01 (um) relatório de auditoria em transparência por mês, de caráter preventivo, informando sobre o atendimento dos critérios de funcionamento estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação no 12.527/2011, Lei das Ouvidorias no 13.460/2017, Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal no 101/2000, Lei Complementar de Transparência no 131/2009 e Lei de Licitações nº 14.133/21, bem como aferição de conformidade com os Programas de Transparência da CGU (Controladoria Geral da União), do Ministério Público, da ATRICON (Associação dos Tribunais de Contas) e da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro).
- Analisar as informações enviadas ao portal da transparência a fim de verificar a conformidade com a legislação vigente, informando ao agente público responsável eventuais disparidades;
- Elaborar e enviar relatórios, com informações e recomendações sobre a alimentação de dados e conteúdo no *web site* e Portal da Transparência conforme a legislação supramencionada;
- Promover treinamento e palestras para fomentar as boas práticas de transparência;
- Elaborar documentos para auxiliar o cumprimento das determinações visando a oferta de resposta adequada aos órgãos fiscalizadores, na hipótese de ocorrer ações civis públicas, termos de ajuste de conduta ou notificações propostas pelo Ministério Público Estadual e Federal, bem como na ocorrência de diligências dos tribunais de contas em face da instituição.

5. SUBCONTRATAÇÃO

O contratado, quando da execução do contrato, não poderá subcontratar o serviço.

6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO

Quando da assinatura do respectivo contrato as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da Contrata, previstas no art. 68 da Lei nº 14.133/21, bem como a documentação



relativa à habilitação jurídica, deverão estar devidamente atualizadas.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Jataí, designada pelo Setor de Contabilidade em documento expresso e próprio: **339040-04** (Serviços de /Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC/Pessoa Jurídica – Locação de Software), indicados pelo departamento de contabilidade, no valor estimado de **R\$ 99.509,88** (noventa e nove mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Deverá ser indicado gestor e fiscal do contrato decorrente da presente inexigibilidade, nos termos da Legislação vigente.

9. DEMAIS CONSIDERAÇÕES

Ressalta-se a obrigação da Contratada de manter, enquanto perdurar o Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, nos termos da Lei 14.133/21.

Jataí, 17 de abril de 2026

Leandro Roberto da Silva

Diretor do Departamento de Documentação Eletrônica